

**Ata da 231ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 07 e 08 de agosto de 2020, Gestão 2020-2023 –  
*Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.***

1 Nos dias sete e oito de agosto de dois mil e vinte, reuniram-se, por meio de videoconferência  
2 (Plataforma *Teams*), as conselheiras constantes da lista de presença em termo próprio, para  
3 participarem da 231ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno, conforme convocação, por  
4 meio da Comunicação Interna CFESS 37, de 22 de julho de 2020. Participaram da reunião as  
5 Conselheiras Maria Elizabeth Santana Borges (Conselheira presidente); Maria Rocha  
6 (Conselheira vice-presidente); Dácia Teles (Conselheira 1ª secretária); Kelly Melatti  
7 (Conselheira 1ª tesoureira); Francieli Borsato (Conselheira 2ª tesoureira); Lylia Rojas  
8 (Membra do Conselho Fiscal); Priscilla Cordeiro (Membra do Conselho Fiscal); Alessandra  
9 Dias (Membra do Conselho Fiscal); Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla Pereira  
10 (Conselheira 2ª Suplente); Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 3ª Suplente); Agnaldo  
11 Knevitz (Conselheiro 4º Suplente); Dilma Franclin (Conselheira 5ª Suplente); Emilly Tenório  
12 (Conselheira 6ª Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); Eunice Damasceno  
13 (Conselheira 8ª Suplente); Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente). Cumpre registrar que,  
14 por força maior, no dia 07 (sexta-feira), as conselheiras Priscilla e Alessandra não  
15 participaram da reunião do Pleno nesse dia e o conselheiro Agnaldo ingressou às 11h.  
16 Presentes as Assessoras Especiais Adriane Tomazelli, Zenite Boga e Cristina Abreu, esta  
17 última por motivo de força maior também se ausentou na parte da tarde. Participaram também  
18 as Assessorias Especiais Adriane Tomazelli e Cristina Abreu; Assessorias Jurídicas Érika  
19 Medeiros, Sylvia Terra e Vitor Alencar e a Coordenadora Executiva Sandra Sempé. Os  
20 Assessores de Comunicação estavam presentes na manhã do dia 07 e a partir das 15h do dia  
21 08, quando também foram pautados pontos específicos. A partir das 9h15 do dia 07, a  
22 conselheira Elizabeth Borges registrou o início da 5ª (quinta) reunião do Conselho Pleno da  
23 Gestão 2020-2023 com as saudações iniciais às pessoas presentes (conselheiras/o e  
24 assessorias). Fez uma síntese expositiva de alguns pontos indicados na avaliação entre as/o  
25 conselheiras/o realizada ao término do pleno passado, conforme seguem: i. necessidade de  
26 nos planejarmos melhor para obtermos uma organização que permita maior cuidado entre as  
27 conselheiras/o devido às particularidades de vida de cada uma/um; ii. buscar reduzir a nossa  
28 cobrança e considerar que estamos num contexto excepcional; iii. objetivar os  
29 encaminhamentos durante o pleno para não sermos repetitivos; iv. “cuidado com os

30 excessos”, pois em tempos de trabalho remoto há uma invasão do Cfess em nossa vida  
31 privada, assim cabe estabelecer o ritmo e temporalidade das ações e entregas; v. para otimizar  
32 e contribuir com os debates enviar previamente o material com os informes e memórias de  
33 reuniões de comissão e GTs; e vi. conselheiras/o que estão mais distanciadas das atividades  
34 buscarão nos mês de agosto fazer uma imersão e se envolver mais na execução das tarefas. Na  
35 sequencia, foi informado que a apreciação da ata da 230ª Reunião do Conselho Pleno não foi  
36 finalizada para apreciação. **Encaminhamentos:** Ficou indicado que a ata do Pleno de Julho  
37 será apreciada a posteriori em razão de demais tarefas designadas pelas Secretárias da Gestão.  
38 Prosseguindo, passou-se aos seguintes informes: i. atividades realizadas em alusão ao “Dia da  
39 Saúde” que foi comemorado no dia 5 de agosto; ii. hoje, dia 07/08, às 17h, o Cress 3ª  
40 Região/CE terá reunião com a base dos /as assistentes sociais e o Cfess será representado pela  
41 conselheira Ruth que se ausentará neste momento para participar; iii. hoje, dia 07/08, também  
42 terá a reunião ampliada no Cress 6ª /MG; iv. No dia 8 de agosto haverá a realização de  
43 reunião ampliada no Cress 2ª Região/MA. Na sequencia, foram apresentados os convites que  
44 o Cfess recebeu entre plenos e que já foi respondidos devido às datas dos eventos e os prazos  
45 para resposta, por isso, esses convites foram aprovados *ad referendum*, conforme seguem  
46 expostos: **i.** OFÍCIO CRESS-AM 086/2020, de 06/08/2020, que respondeu ao Ofício CFESS  
47 nº 861/2020 com a confirmação de participação na reunião, no próximo dia 10 de agosto às  
48 18h, entre o Cfess e o Cress/AM; **ii.** Reunião remota do Serviço Social do INSS com o tema:  
49 "Pessoa com Deficiência: direitos sociais e pós-pandemia", dia 10 de agosto de 2020, às  
50 14:30, com Izabel Maior e Patrícia Souza: resposta pelo OFÍCIO CFESS Nº 869/2020, de 06  
51 de agosto de 2020, com representação da conselheira Lylia Rojas, que avaliou que esse debate  
52 foi iniciado na Cofi e envolve a Comissão de Seguridade Social, mas pondera que a  
53 aproximação do Cfess sobre o tema servirá para todas as políticas que envolvem as pessoas  
54 com deficiência considerando a necessidade de aproximação com o novo modelo único de  
55 avaliação da pessoa com deficiência no Brasil do IFRBr; **iii.** Cress 21ª Região/MS convida  
56 para participar da *live* intitulada “Assistentes Sociais e Processo de Trabalho no SUS, frente à  
57 Pandemia”, no dia 06 de agosto de 2020, às 16h: respondido pelo OFÍCIO CFESS Nº  
58 828/2020, de 20 de julho de 2020, indicando a representação da conselheira Elaine Junger  
59 Pelaez; **iv.** O Cress 11ª Região enviou o convite para participar do Encontro Estadual do  
60 Conselho Regional de Serviço Social do Paraná, com o tema “Trabalhamos em vários  
61 espaços, sempre com a população: defesa do trabalho profissional e dos direitos no contexto  
62 de covid-19 e pós-pandemia”, no dia 30 de julho de 2020, às 16h, por meio do canal do

63 *Youtube*: foi respondido pelo OFÍCIO CFESS Nº 841/2020, de 23 de julho de 2020, que teve  
64 a participação da conselheira Maria Elizabeth Santana Borges, que avaliou que as  
65 apresentações e os debates foram bastante ricos; v. a UNIMONTES convidou para participar  
66 da *live* intitulada “Serviço Social em tempos de pandemia: produção de conhecimento e  
67 contribuições das entidades para o trabalho profissional”, no dia 05 de agosto de 2020, às 19h,  
68 foi respondido pelo OFÍCIO CFESS Nº 827/2020, de 20 de julho de 2020, confirmando a  
69 participação do Cfess, por intermédio da conselheira Kênia Augusta Figueiredo; vi.  
70 participação na *live* do CRESS/PI “Quando criei asas, lutei”, a ocorrer no dia 21 de agosto de  
71 2020, às 19h, o OFÍCIO CFESS Nº 864/2020, de 06 de agosto de 2020, confirmou a  
72 participação do Cfess por intermédio da conselheira Emilly Tenório; vii. Convite para o  
73 Encontro Estadual do Cress/AP nos dias 6 e 7 de agosto de 2020, em plataforma digital, cuja  
74 resposta foi formulada através do OFÍCIO CFESS Nº 862/2020, de 5 de agosto de 2020,  
75 confirmando a representação da conselheira Alessandra Dias para fazer a palestra de abertura  
76 com o tema: “Os Desafios das/dos Assistentes Sociais frente a Conjuntura Atual”, no dia 06  
77 de agosto às 16h30; viii. OFÍCIO Nº 191/2020/CRESS/MT convidando para a roda de  
78 conversa “O trabalho do/a assistente social na área sociojurídica em tempo de pandemia do  
79 coronavírus”, no dia 8/8, às 10h, no entanto, como a data de realização do evento coincide  
80 com o Conselho Pleno, cuja pauta exige a presença de todo o colegiado, por meio do OFÍCIO  
81 CFESS Nº 857/2020, de 31 de julho de 2020, foi informada a indisponibilidade de  
82 representação; ix. Por meio do OFÍCIO 0105/2020/DIR/CRESS/AL convida o Cfess para  
83 participar de *live* no dia 9 de julho, na plataforma do Instagram, para tratar das etapas  
84 deliberativas do Conjunto Cfess-Cress em 2020, mas por meio do OFÍCIO CFESS Nº  
85 795/2020, de 08 de julho de 2020, o Cfess comunicou a impossibilidade de representação,  
86 pois o evento coincidia com a realização do Conselho Pleno. Findo os informes, foram  
87 abertos os debates sobre as “Etapas deliberativas do Conjunto Cfess-Cress”, com a Comissão  
88 Organizadora apresentado os encaminhamentos efetuados com vistas à realização das etapas  
89 deliberativas do Conjunto Cfess-Cress. Nesse sentido, foi informado que as conselheiras  
90 Kelly, Dácia, Lylia, Daniela e a assessora especial Cristina já realizaram uma reunião e  
91 elaboraram e enviaram o OFÍCIO CIRCULAR CFESS N.º 116/2020, convidando os Cress  
92 que sediarão a reunião descentralizada (CRESS - RO, SE, MT, MG, SC) para uma reunião no  
93 dia 01 de agosto/2020 por meio de plataforma virtual. Foi relatado que nesta reunião ficou  
94 perceptível que havia diferença de níveis de planejamento nas várias regiões, ou seja, alguns  
95 estavam avançados na organização e outros ainda estavam iniciando o processo. Foi também

96 ressaltado que uma das dúvidas suscitadas foi quanto a representação da base, sendo  
97 explicado que em razão da pandemia o formato adotado seria de reuniões com caráter não  
98 deliberativas, logo, por essa distinção não haveria eleição de delegados, assim, os Regionais  
99 teriam o desafio de definir as formas dessa participação, durante o debate foi suscitada a  
100 possibilidade de se incluir assistentes sociais da base na condição de convidados/as. Quanto a  
101 proposta de contribuição do Cfess na organização dos Descentralizado, foi informado que até  
102 aquele momento nenhum dos Cress, que sediará o evento, havia encaminhado projeto para  
103 firmar convênio de repasse financeiro, aporte em tecnologias para transmissões online e/ou  
104 contratação de tradutor de libras. Na sequência, foram apresentadas as proposições com vistas  
105 as orientações de funcionamento da Plenária Nacional que acontecerá entre nos dias 02 a 04  
106 de outubro do corrente e das reuniões descentralizadas, assim, toda as propostas de  
107 programações e metodologias foram apreciadas e deliberadas pelo Pleno, conforme  
108 documentos em anexo. Foi debatido também a viabilidade de recepção de moções nas  
109 reuniões descentralizadas que serão realizadas por meio online, tendo ficado encaminhado  
110 que os Cress poderão decidir quanto a essa possibilidade e, se definir pela pertinência, que  
111 estabeleça a metodologia para receber os textos e deliberar quanto ao seu teor. **Das**  
112 **Deliberações:** aprovado o documento de orientações de funcionamento das reuniões  
113 descentralizadas com as adequações indicadas; dado o contexto, e realização do evento por  
114 meio de plataforma virtual, foi deliberado que serão levadas para consulta somente as  
115 propostas de consenso e aquelas que não obtiverem consenso, serão registradas e retomadas  
116 no Encontro Nacional de 2021; das moções na Plenária Nacional: conhecer as experiências  
117 que aconteçam nas reuniões descentralizadas para se avaliar a possibilidade de se replicar uma  
118 das metodologias. Também foi definido que o debate acerca da Plenária Nacional será  
119 retomado no pleno de setembro. **Encaminhamentos:** i. Envio de ofício aos Cress com as  
120 orientações das reuniões descentralizadas - Kelly e Cristina; ii. Discussão sobre o documento  
121 de orientações de funcionamento da Plenária Nacional, inclusive sobre a inclusão ou não das  
122 moções e da Carta, será retomada no pleno de setembro – Comissão Organizadora da  
123 Plenária. Ao término, a Conselheira Presidente (Beth) teceu algumas considerações sobre as  
124 proposições para o Triênio, no intuito de analisar quais propostas serão mantidas e defendidas,  
125 destacando que deverão ser consideradas aquelas propostas que tenham uma perspectiva de  
126 execução no âmbito nacional; destacou ainda o contexto de pandemia, excepcional, complexo  
127 e complicado para todos/as, e o seu impacto na exequibilidade das deliberações; e as  
128 condições de tempo e estrutura que as/o conselheiras/o dispõem para dar conta do

129 cumprimento de todas as propostas. Logo após foram iniciados os debates das ações trazidas  
130 pelas Comissões para negociação nos descentralizados, sendo indicado que as apreciações  
131 ocorrerão por eixo e a sistematização deverá ser feita em planilhas de excel (instrumental  
132 construído pela Comissão Organizadora). O debate foi iniciado pela apresentação da  
133 Comissão ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA (ADM FIN), onde foram debatidas  
134 proposições norteadas pelo entendimento da necessidade de aprimorar e/ou instaurar  
135 processos/políticas próprias da gestão pública, como por exemplo, instituir a política de  
136 gestão de documento para o Conjunto. Neste eixo foram debatidas 13 propostas de ações. Na  
137 sequência, a Comissão de SEGURIDADE SOCIAL apresentou temas considerados  
138 prioritários, considerando o debate atual da conjuntura, os seminários já realizados, o  
139 documento de Bandeira de Lutas e o acúmulo dos debates da Comissão, desse modo, foram  
140 apresentadas as ações que deverão ser mantidas, novas redações e novas propostas, como por  
141 exemplo, participar dos espaços de discussão do sistema tributário brasileiro, na perspectiva  
142 da defesa do fundo público e também realização de seminários integrados e mais abrangentes.  
143 Ao todo foram apreciadas 12 propostas de ações no eixo Seguridade. A última apresentação  
144 do turno da manhã foi da Comissão de Comunicação, que expôs o cômputo das propostas  
145 formuladas, cujo propósito é o de fortalecer a política de comunicação do Conjunto como um  
146 direito humano e para tanto, aprimorar o que tem sido realizado. Houve um debate intenso  
147 quanto a proposição da Campanha de Gestão e também sobre o tema alusivo a Comemoração  
148 do Dia das/os Assistentes Sociais, que são duas ações permanentes do conjunto  
149 CFESS/CRESS e desenvolvidas por este eixo. Assim, foram debatidas proposições  
150 relacionadas com o direito a terra, a vida, a condição das mulheres, antifascismo e o direito a  
151 renda e ao trabalho. No total, foram apreciadas 08 propostas para este eixo. Logo ao término  
152 da apresentação das três comissões, foram realizados os debates acerca das propostas  
153 apresentadas e destacadas pelas conselheiras, conforme seguem as sínteses expositivas: **i.**  
154 ADM FIN: as cinco primeiras deliberações da Adm Fin estão relacionadas a valores de  
155 anuidade, mas que sequer foram formuladas, pois o assessor contábil se encontra de licença  
156 médica, desse modo, ainda serão realizados a partir dos estudos contábeis necessários para  
157 essa tomada de decisão e serão retomadas por Carla e Vilmar. **ii. SEGURIDADE SOCIAL:**  
158 debate sobre atuação do fórum nos espaço sindicais. Com isso, foi discorrido que essa  
159 proposta do Conjunto não desconsidera que essa é uma pauta que também deve ser assumida  
160 pelos sindicatos, no entanto, a mesa de negociação é, principalmente, a base para a gestão do  
161 trabalho do SUAS. Sendo ratificado o entendimento de que não cabe aos Conselhos de



162 Profissão compor a mesa de negociação, que é abrangente e inclui a gestão do trabalho e a  
163 educação permanente. Após o debate foi definido que a proposta será mantida, mas ela deverá  
164 ter a sua redação alterada no sentido de deixar mais claro o seu entendimento cerne e  
165 propósito. Tendo ficado definido que caberá a Kelly, Agnaldo e Priscila formularem a nova  
166 redação. Também foi incluída a proposta de realização do sexto seminário sobre a Seguridade  
167 Social, e a recomendação de que devemos propor quantos e quais serão os Seminários a serem  
168 realizados durante o triênio. iii. COMUNICAÇÃO: sobre a Campanha de gestão foi debatido  
169 que ela deve tratar de questões mais amplas e considerar a defesa da vida, direito ao trabalho  
170 com recorte de gênero; resgatar a plataforma da gestão e dialogar com a conjuntura, com isso,  
171 o tema relacionado as mulheres partiria de sujeitos concretos. Quando se fala a divisão social  
172 do trabalho, podemos defender todas as pautas das bandeiras de luta para reivindicar direitos,  
173 sendo recuperado que o Cfess pode ser um veículo de denúncia do genocídio dos povos  
174 indígenas, sendo afirmada a dívida histórica que o Brasil possui com essas populações. Nesse  
175 debate, também foi trazido o cuidado que temos que ter para que a discussão sobre trabalho e  
176 renda não se cofunda com as pautas sindicais, mas incluir que tipo de trabalho que  
177 defendemos que não se trata do trabalho precarizado/explorado. Após intenso debate, houve  
178 consenso que o tema de Campanha da Gestão deverá ter como foco as mulheres, relacionando  
179 com outras categorias de estudo, como trabalho renda, etnia, entre outras, mas não se  
180 conseguia definir o texto. **Encaminhamento:** Para facilitar a decisão, a partir das pautas já  
181 identificadas, será feita a proposta de frase síntese pela Comissão de Comunicação que  
182 submeterá para apreciação do pleno no dia seguinte (sábado). Essa tarefa ficou sob a  
183 responsabilidade de Emilly, Rafael e Diogo. Com isso, os debates da parte da manhã foram  
184 finalizados às 13h10 e foi retomado às 14h10min com a discussão das propostas de ações  
185 Comissões, conforme seguem Orientação e Fiscalização, Formação / Relações Internacional  
186 (RI) e Ética e Direitos Humanos. Foi proposto e aceita alteração na dinâmica de apreciação  
187 das propostas, assim, as ações de cada Comissão serão debatidas logo ao término de cada  
188 apresentação. Para alinhar os entendimentos dos encaminhamentos pós Pleno, foi recuperado  
189 que as coordenadoras de cada comissão revisarão as propostas a partir das considerações  
190 levantadas no debate do Pleno e completarão o instrumental, indicando período de realização,  
191 responsabilidade, resultados esperados e conexão com outras comissões. Com isso, a  
192 Comissão de ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COFI) expôs suas propostas sendo  
193 afirmado que são referenciadas nos eixos e dimensões da Política Nacional de Fiscalização  
194 (PNF) e que foram consideradas as prioridades recomendadas no Encontro Nacional de 2019.

195 Seguem destaques dentre as ações apresentadas: formular proposta sobre a Anotação de  
196 Responsabilidade Técnica (ART), considerando que os Cress têm apontado dificuldades e  
197 divergências de interpretação da mesma; debater sobre calamidade pública, deve ter como  
198 referência os fundamentos ético-políticos expressos na concepção do CEP; e retomar o debate  
199 sobre Sociojurídico. Foram debatidas um total de 09 propostas. Logo após, as proposições da  
200 Comissão de FORMAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI) foram debatidas com  
201 indicação de revisão de redação em algumas delas como a que se refere à articulação entre o  
202 Conjunto e a Fits / ALC. Foram 03 propostas debatidas no total. Por fim, a Comissão de  
203 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS (CEDH) trouxe a proposta quanto ao “Curso Ética em  
204 Movimento” no sentido de promover uma avaliação, considerando o projeto original, que  
205 aponte outras frentes de ação para não se manter restrita a capacitação para agentes  
206 multiplicadores. Essa avaliação a ser realizada pela CEDH também deverá incluir as  
207 professoras do curso. Foram debatidas um total de 14 propostas. Na sequência, foi  
208 apresentada a organização de cada conselheira/o do Cfess para participar das reuniões  
209 descentralizadas: i) **Região norte**, organizado pelo Cress-RO, de 13 a 16/8, com Fórum das  
210 Cofis no dia 13/8; conselheiras que se colocam para participar deste descentralizado:  
211 Francieli, Carla, Elaine, Agnaldo, Eunice, Maria, Mauricléia, Ruth, Alessandra; na mesa de  
212 abertura o CFESS será representado pela Vice – Presidente Maria Rocha; na mesa de debate  
213 sobre Conjuntura: será Alessandra ou Elaine; assessoria especial: Adriane e Cristina; ii.  
214 **Região nordeste**, organizado pelo Cress-SE, dias 28 e 29/8; conselheiras: Daniela, Eunice,  
215 Lylia, Maria, Priscila, Ruth, Beth, Dilma; assessoria especial: Cristina; na mesa de abertura o  
216 CFESS será representado pela Presidente Beth; iii. **Região centro-oeste**, organizado pelo  
217 Cress-MT, dias 21 e 22/8; conselheiras que participarão: Franciele, Emilly, Kelly, Kênia,  
218 Ruth, Dilma; na mesa de Abertura o CFESS será representado pela conselheira Kênia; e  
219 assessoria especial: Adriane; iv. **Região sudeste**, organizado pelo Cress-MG, ocorrerá nos  
220 dias 28 e 29/8, Fórum das Cofis e PREs ocorrerá no dia 22/8; conselheiras: Emilly, Carla,  
221 Mauricleia, Elaine, Kelly, Dácia, Kênia; na mesa de abertura ficará a conselheira Carla; e  
222 assessoria especial: Adriane; v. **Região sul**, organizado pelo Cress-SC, dias 21 e 23/8;  
223 conselheiras: Daniela, Agnaldo, Lylia, Beth, Dácia, Priscila; na mesa de abertura: o CFESS  
224 será representado pelo conselheiro Agnaldo e assessoria especial: Cristina. Esta foi a última  
225 pauta do dia cujos debates encerraram as 18h e reabertos na manhã do dia 08, às 9h15, com a  
226 palavra da conselheira Maria Rocha que registrou o início do segundo dia da 5ª reunião do  
227 Conselho Pleno da gestão 2020-2023, dando as boas-vindas a todos as/os presentes

228 (conselheiras/o e assessorias) e iniciando os debates do dia. O primeiro ponto discutido foi do  
229 CONSELHO FISCAL que registrou retificações em alguns dos pareceres apresentados na  
230 reunião do Conselho Pleno anterior sendo que uma das retificações se refere a numeração do  
231 parecer 006 que foi “pulada”, assim, foram corrigidos conforme seguem abaixo: i. PARECER  
232 DO CONSELHO FISCAL Nº 06/2020 - exame do Balancete do CFESS referente ao mês de  
233 Maio/2020, os documentos contábeis apresentados e exame dos documentos disponíveis em  
234 plataforma digital - sistema Implanta, e considerando o parecer favorável do Assessor  
235 Contábil desta entidade conforme Relatório Contábil nº06/2020, manifestou-se a favor da  
236 aprovação das contas apresentadas nos referidos balancetes; ii. PARECER DO CONSELHO  
237 FISCAL Nº 07/20 - REFORMULAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - exame das peças e  
238 justificativa dos pedidos de reformulação da Proposta Orçamentária para exercício de 2020 e,  
239 considerando os pareceres da Assessoria Contábil desta entidade, manifestou-se sobre a  
240 regularidade dos documentos apresentados pelos seguintes Cress: 6ª Região/MG, 12ª  
241 Região/SC e 21ª Região/MS, recomendando a aprovação; iii. PARECER DO CONSELHO  
242 FISCAL Nº 08/20 - exame dos Balancetes Trimestrais dos CRESS referente ao primeiro  
243 trimestre do ano de 2020, encaminhados ao CFESS até 01/07/2020 e, considerando os  
244 pareceres da Assessoria Contábil do Cfess, manifestou-se sobre a regularidade dos  
245 documentos apresentados pelos Cress 1ª/PA, 2ª MA, 3ª CE (aprovação retificada) 4ª PE, 5ª  
246 BA, 6ª MG, 7ª RJ, 12ª SC, 22ª PI, 23ª RO e 27ª RR. Foi informado os Regionais que não  
247 enviaram os Balancetes, estando, portanto, irregulares: 8ª DF, 9ª SP, 10ª RS, 11ªPR, 13ª PB  
248 (não recomenda até o envio da peças faltantes) 14ª RN, 15ª AM, 16ª AL, 17ª ES, 18ª SE, 19ª  
249 GO, 20ª MT, 21ª MS, 24ª AP, 25ª TO e 26ª AC; iv. Corrigir na ATA do Pleno anterior: onde  
250 se lê “PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 10/20“ ler “PARECER DO CONSELHO  
251 FISCAL Nº 09/2020”, ou seja, apresentação do PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº  
252 09/2020 – exame da documentação referente à pendências nos balancetes referentes aos  
253 exercício 2019, encaminhados ao CFESS durante os meses de Junho e Julho do corrente ano,  
254 e considerando os pareceres da Assessoria Contábil desta entidade, manifestou-se sobre a  
255 regularidade dos documentos apresentados pelos Cress: 2ª MA, 3ª CE, 7ª RJ, 11ª PR, 22ª PI,  
256 23ª RO e 26ª AC. Na sequência, a Comissão ADM FIN tratou da pauta relativa ao CRESS 15ª  
257 Região AM (Processo judicial nº 1014715-83.2019.4.01.3400): Parecer contábil e Termo de  
258 Doação, que se refere a decisão judicial que determinou que o Cfess deveria custear o  
259 pagamento da agente fiscal Rosângela C. Colcete, trabalhadora concursada do CRESS-PR,  
260 que em 2019 pediu transferência para o CRESS-AM. Inicialmente, o pedido foi realizado de



261 forma administrativa, envolvendo os referidos Cress, no entanto, o pleito foi negado. Em face  
262 desta negativa a agente fiscal requerente encaminhou protocolo de recurso administrativo ao  
263 CFESS, que justificou a falta de respaldo jurídico e administrativo que consubstanciasse a  
264 transferência da trabalhadora. A partir dessa segunda negativa, a profissional ingressou com  
265 ação Judicial, registrado na 4ª Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), impetrado em  
266 desfavor do Cfess para que este procedesse a remoção imediata – Pr 1014715-  
267 83.2019.4.01.3400. Vale informar que o CRESS 15ª R não fez parte da relação processual e o  
268 pedido de sua habilitação processual foi realizada somente em 02/07/2019, posterior a data da  
269 sentença. Contudo, o despacho exarado de ID 128860881, “*eventuais pendências*  
270 *administrativas entre os conselhos regionais envolvidos é irrelevante para o reconhecimento*  
271 *desse direito e deve ser resolvida pelo próprio Cfess, a quem cabe decidir questões dessa*  
272 *natureza, como se extrai do documento de ID 58854622. G.N.*”. Por meio de decisão judicial,  
273 liminar, foi deferido o pedido de remoção e a responsabilidade pelo cumprimento ficou a  
274 cargo exclusivo do Cfess e coube ao CRESS/15 R apenas a inserção da trabalhadora em seu  
275 quadro funcional, pois o cumprimento é da competência do Conselho Federal, a quem foi  
276 culminada multa por eventual descumprimento. Como decorrência da sentença e das tratativas  
277 necessárias, no dia 17/01/2020, foi realizada reunião em Manaus, na sede do Regional, com as  
278 presenças das presidentes do Cfess e do Cress 15ª Região-AM, com seus respectivos  
279 assessores jurídicos. Cumpre informar que, foi feita ata que documenta os encaminhamentos e  
280 tratativas resultantes, sendo certo que “valor integral decorrente da contratação da agente  
281 fiscal consignado no orçamento do CFESS” (despesas de proventos salariais). Vale destacar  
282 que, o pagamento de salário com tabela distinta da praticada no Regional e sem  
283 provisionamento orçamentário colocaria em risco a saúde financeira do Cress de destino, além  
284 de gerar ruídos entre os trabalhadores que realizam a mesma função e podem não lidar com  
285 essa distinção estabelecida pela decisão do juízo. Esse encaminhamento, foi aprovado pelo  
286 Pleno do Cress-AM, de 28/01/2020. Cumpre recuperar que desde 02/12/2019, que o CRESS-  
287 15ª R, nos termos da sentença, incluiu a agente fiscal em folha de pagamento, sendo o salário,  
288 o mesmo que fazia jus no CRESS-PR. Conforme prévia avaliação, isso tem gerado impacto  
289 no orçamento do Regional, por isso, no dia 6/5/2020, aquele Regional enviou para o Cfess um  
290 projeto para acessar o Fundo Nacional de Apoio aos Cress. Ocorre que isso se deu em meio  
291 ao processo de transição entre gestões, mas, desde então, tem sido feito trocas por meio  
292 telefônico e *emails*, que culminaram em nova reunião entre o Cfess e o Cress por meio de  
293 plataforma virtual para encaminhamentos decorrentes da execução da sentença. As

294 informações produzidas foram analisadas pela Comissão ADM FIN que avaliou e submeteu a  
295 apreciação do Pleno, uma vez que cabe ao Cfess o pagamento, para isso, a assessoria jurídica  
296 recomendou o repasse direto por meio de “Termo de Doação”, que se trata de transferência  
297 voluntária com objeto específico em razão da determinação da justiça federal, pois o Cfess foi  
298 indicado como responsável pelo juízo, desse modo, não caberia ser atendido por meio do  
299 Fundo, que redistribuiria esse ônus com os demais Cress. As tesoureiras e o setor financeiro  
300 analisaram as possibilidades para transposição de centro de custo, pois, não há previsão  
301 orçamentária para esta despesa no corrente ano e, por isso, é necessário transpor os valores  
302 (TOTAL MENSAL R\$ 10.340,81/; TOTAL SEMESTRAL (dez./19 a mai./2020) - R\$  
303 62.044,86/; perfazendo o TOTAL ANUAL (dez./19 a nov./2020) de R\$ 124.089,72). Em que  
304 pese a justiça ter concedido a liminar para a funcionária do Cress PR ser transferida para o  
305 Cress AM e que em recurso junto ao TRF 2ª foi confirmado a decisão da primeira instância,  
306 foi informado pela assessoria jurídica, que o STF está finalizando a votação sobre os  
307 Conselhos Federais de Profissão Regulamentada que deverão ser regidos pela CLT e não pela  
308 RJU, por isso, o Cfess apresentou recurso por meio de “embargo de declaração” para tentar  
309 questionar o fato de os desembargadores não terem considerado o regime CLT, desde então,  
310 acompanha essa tramitação. Deliberação: face ao exposto, foi aprovada pelo Conselho Pleno,  
311 a transferência no valor devido ao Cress 15ª AM para o salário da agente fiscal.  
312 **Encaminhamentos:** Formalizar ao Cress a decisão e efetuar a transferência, mediante Termo  
313 de Doação, para isso, será criado um processo administrativo com todas as peças e  
314 informações necessárias, sendo os responsáveis por esses atos as conselheiras Carla e Kelly e  
315 o funcionário Antônio. Logo após, foi apresentada a MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº  
316 79/2020-V, cujo assunto se refere a atualização da normativa do Conjunto CFESS/CRESS à  
317 luz da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre suspensão do exercício profissional por  
318 débito. Foi ressaltado que não caberá enquadramento como infração disciplinar os casos de  
319 débito, com isso, não há a tipificação, logo, não cabe a suspensão do exercício profissional  
320 por essa motivação. Em que pese o fato de a aplicação da penalidade não ser uma prática  
321 recorrente, foi discutido que eventualmente algum Regional poderá sofrer procedimento  
322 judicial pela aplicação da suspensão por parte de alguma profissional que tenha sido  
323 penalizada. Todavia, há como recorrer, pois se tratava de norma válida até abril de 2020, o  
324 que evitaria indenização por parte dos Regionais. **Deliberação:** Aprovada a Manifestação  
325 Jurídica com as adequações sugeridas. **Encaminhamentos:** Adotar os procedimentos de  
326 publicação da Resolução Cfess que extingue, no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS, a

327 penalidade de suspensão do exercício profissional por débito e enviar ofício aos Cress para  
328 conhecimento, assim, foram designados como responsáveis os trabalhadores Vitor Alencar,  
329 Sandra e Wilson. Na sequência, a pauta debatida foi a Comissão Permanente de Licitação  
330 (CPL), pois há a necessidade de renovar a Portaria de composição da CPL cujo prazo é a data  
331 de trinta e um de agosto. Foi informado que atualmente a CPL é formada pelos trabalhadores:  
332 Lucas, Gleyton e Jarbas, sendo proposta a recondução dos 03 (três) membros, devidamente  
333 justificada em razão do contexto de trabalho a distância dada a pandemia *versus* a limitação  
334 legal que impõe a troca de pelo menos 1 trabalhador. Após amplo debate, foi realizada  
335 votação, sendo 11 (onze) votos pela alteração da atual composição e 6 (seis) pela manutenção,  
336 com isso, por maioria dos votos foi aprovada, pelo Conselho Pleno, a alteração da  
337 composição da CPL. **Encaminhamentos:** alteração da Portaria, precedido de diálogo por  
338 parte do GT Gestão do Trabalho com os trabalhadores sobre a situação e, em conjunto, indicar  
339 qual o profissional terá que ser substituído e quem ingressará para compor a CPL. Bem como  
340 definir critérios e planejar agenda prévia com indicação de trabalhador/a e o período que  
341 participarão do rodízio, pois as substituições são anuais. Desse modo, estão responsáveis por  
342 essa conversa as conselheiras do GT Dácia, Beth e Mauricléia, que informarão para Kelly  
343 sobre as indicações sustentadas. O ponto seguinte foi relativo ao informe sobre a contratação  
344 do novo funcionário do Cfess, que é assistente administrativo e iniciou no começo da semana,  
345 tendo sido a carteira de trabalho assinada pela Conselheira Kênia Figueiredo, por exceção,  
346 pois em razão da pandemia não pode ser assinado pelas ordenadoras de despesas. Na reunião  
347 do GT Gestão do Trabalho, no dia onze de agosto, será definido onde o trabalhador  
348 inicialmente será alocado para desempenhar suas funções. Beth informou que o recebeu  
349 dando-lhes boas-vindas em nome do Cfess e Sandra, Lucas e Diogo foram responsáveis pela  
350 apresentação das rotinas e por iniciar sua ambientação, que acontecerá ao longo do mês de  
351 agosto. Logo após, foram dados os informes sobre o 8º (oitavo) Seminário de Gestão  
352 Administrativo-financeiro e apresentada avaliação (em anexo) dos/das participantes com 61  
353 (sessenta e um) respondentes dentre 100 (cem) participantes, sendo explicado que TODOS os  
354 Cress preencheram a avaliação, sendo considerado por todos que o evento atingiu os objetivos  
355 propostos, ainda que precise de aprofundamento de alguns temas. Foi dito que as respostas  
356 revelaram que a maioria dos participantes avaliou a ferramenta, a programação, a data da  
357 reunião bem como a atividade, como ‘bom’ e ‘ótimo’. A maioria das respostas considerou a  
358 metodologia e o conteúdo da manhã e da tarde, como “bom” ou “excelente”, sendo trazido  
359 que embora a iniciativa do Seminário tenha sido positiva, foram apontados os limites da

360 ferramenta online, o cansaço e o tempo da atividade. Também foi reivindicado a criação de  
361 um canal de comunicação direta com o Cfess e um “passo a passo” sobre a gestão  
362 administrativo/financeira. Também foi falado que 3º (terceiro) Encontro dos Assessores  
363 Jurídicos foi muito positivo e bem recebido, houve uma proposta de ser realizado anualmente.  
364 **Encaminhamentos:** A memória sobre o 8ª(oitavo) Seminário de Gestão Administrativo-  
365 financeiro será finalizada e repassada a todas as conselheiras/o e posteriormente aos Cress.  
366 Sendo ressaltada sobre a necessidade de dialogar com os Cress que não inscreveram as suas  
367 assessorias jurídicas (SC, GO, MT, PI, RO e TO) para conhecer o motivo, pois não se sabe se  
368 foi por não possuírem esses profissionais no quadro ou se houve alguma impossibilidade de  
369 participação. Foram designadas as conselheiras Carla e Kelly como responsáveis por esse  
370 contato. Findo os pontos dessa Comissão, foi iniciado o ponto da Comissão de Ética e  
371 Direitos Humanos (CEDH), sendo aberto com a leitura do PARECER JURÍDICO nº 30/20,  
372 que é a MINUTA de Resolução que regulamenta a disposição do artigo 26 do Código de Ética  
373 do Assistente Social, que trata dos ANTECEDENTES profissionais do infrator, para efeito da  
374 dosimetria da pena, no âmbito do CONJUNTO CFESS/CRESS. Foi feito o debate, sendo  
375 ressaltado quanto a necessidade de se atentar para não moralizar a questão e se deter ao fato  
376 circunstanciado da denúncia e que a gradação se refere somente ao processo ético. Sendo esse  
377 parecer aprovado pelo Conselho Pleno. **Encaminhamentos:** adotar os procedimentos de  
378 publicação da Resolução Cfess e posterior envio por meio de ofício aos Cress para  
379 conhecimento. Este feito está sob a responsabilidade de Sandra e Wilson. Também foi feita a  
380 leitura do PARECER JURÍDICO Nº 37/20, que trata da normatividade jurídica dos  
381 PRINCÍPIOS, sobre a possibilidade de enquadramento dos fatos denunciados, aos princípios  
382 previstos pelo Código de Ética do Assistente Social. Se trata, pois de uma manifestação  
383 jurídico-política, que recomenda que os princípios são dotados de normatividade jurídica,  
384 consequentemente, podem ser utilizados para efeito de enquadramento dos fatos denunciados  
385 ao ordenamento material, previsto pelo Código de Ética do Assistente Social. Sendo o seu  
386 conteúdo aprovado na íntegra pelo Conselho Pleno. **Encaminhamentos:** Ester enviará ofício  
387 circular aos Cress, com cópia do parecer jurídico, para conhecimento e unificação da matéria  
388 em âmbito nacional. Também foi trazido o PARECER JURÍDICO 38/20 que versa sobre a  
389 apresentação de MINUTA DE RESOLUÇÃO sobre procedimentos para utilização de  
390 VIDEOCONFERÊNCIA para realização de julgamentos dos processos e recursos  
391 disciplinares e/ou éticos, que tramitam perante Cfess e Cress. O teor foi debatido e em que  
392 pese algumas sugestões de adequações de conteúdo, o parecer foi aprovado pelo Pleno.

393 **Encaminhamentos:** Sandra e Wilson estão responsáveis pelos procedimentos de publicação  
394 da Resolução Cfess e posterior envio de ofício aos Cress para conhecimento. Também foi  
395 debatida a AGENDA DOS JULGAMENTOS, conforme seguem dispostas: A) Data: 23 de  
396 outubro, às 10h, Recurso: rec.11/14, Origem: 9ª Região/SP com relatoria de Lylia; B) às 15h,  
397 Recurso: rec.01/20, Origem: 9ª Região/SP com relatoria de Elaine; sendo o quórum composto  
398 por Beth, Lylia (manhã), Maria, Francieli, Eunice, Emilly, Agnaldo, Elaine, Dácia (tarde); C)  
399 Data: 30 de outubro, às 10h, Recurso: rec.02/20, Origem: 9ª Região/SP, com relatoria de  
400 Daniela; D) às 15h, Recurso: rec.03/20, Origem: 9ª Região/SP com relatoria de Francieli;  
401 sendo o quórum composto por Manhã: Beth, Maria, Daniela, Emilly Dilma, Priscila,  
402 Francieli; Tarde: Maria, Francieli, Dilma, Priscila, Kênia, Carla, Dácia, Ruth. Após esse ponto  
403 foi feito o intervalo para o almoço às treze horas e quinze minutos, sendo a reunião retomada  
404 uma hora depois, com a coordenação de Beth e Maria que deram continuidade com a  
405 apresentação dos pontos das Comissões, que foi retomado pela SEGURIDADE SOCIAL que  
406 trouxe a pauta referente as representações do Cfess nos espaços de controle social. Foi dado o  
407 informe sobre a reunião ocorrida em quatro de agosto com a participação de componentes das  
408 comissões de seguridade, Cofi e CEDH, que incluiu a participação da representante do Cfess  
409 no Conanda, Magali Regis, da gestão anterior. Participaram o conselheiro Agnaldo e as  
410 conselheiras Elaine, Kelly, Kênia, Daniela; Ruth, Eunice, Maria; a assessora jurídica Erika e a  
411 ex-conselheira Magali Regis. Quanto ao **FTN-Suas**, a próxima reunião ocorrerá em dez de  
412 agosto, cuja pauta será a discussão da recomposição das comissões internas. Atualmente o  
413 Cfess compõe três comissões: formação e articulação política e controle social (Kelly);  
414 comissão de comunicação e informação (Agnaldo); mobilização e organização dos fóruns  
415 estaduais – FETs (Priscila). A proposta é manter a representação do Cfess nessas comissões,  
416 sendo que existem mais duas comissões que o Cfess não participa: sustentabilidade e finanças  
417 do Fórum; mesa permanente e negociação do Suas. No debate foi pontuado o significado e  
418 implicações decorrentes da inserção nas comissões que exige a realização de tarefas; com  
419 apoio das assessorias especial e de comunicação. Sendo necessário debater sempre no coletivo  
420 sobre as possibilidades de apoio financeiro do Cfess em relação a possíveis demandas,  
421 analisando objetivo e natureza da ação, considerando também os limites do Cfess no  
422 aporte/repasso de seus recursos. Foi feita a defesa da autonomia do Fórum e do Cfess, sendo  
423 indicada a necessidade de incluir no planejamento orçamentário da comissão a alocação de  
424 recursos para financiar ações políticas. Após debate, conclui-se que o Cfess defenderá a sua  
425 permanência nas três comissões em que está atualmente. Foram compartilhadas informações



426 sobre a **regulamentação da lei 13.935/2019** (inserção do serviço social e da psicologia na  
427 rede pública de educação básica) sendo feita a mobilização em conjunto com o CFP, cuja  
428 pauta atual é a mobilização junto ao Senado Federal para a votação e aprovação da PEC  
429 26/2020, que torna o Fundeb permanente e garante recursos orçamentários para a educação  
430 básica. Foi informado que houve reunião com entidades da psicologia no dia quatro de agosto  
431 com vistas a organizar ações conjuntas, participaram a conselheira Kênia e a assessora  
432 Cristina. Foi discutida a proposta de realização de Oficinas para instrumentalizar os Regionais  
433 (Serviço Social e Psicologia) para incidências políticas junto aos gestores estaduais e  
434 municipais, que venha a possibilitar a implementação da lei. Sendo que a data proposta, vinte  
435 e quatro de agosto, não é viável para o Cfess, considerando a realização das reuniões  
436 descentralizadas que ocorrerão nesse período. Assim foi encaminhado que o Cfess organizará  
437 essa atividade em outro momento, sendo proposta a data de dez de setembro. Esta atividade  
438 tem o objetivo de mobilização, trocas de informações, interação com os Cress, mas foi  
439 informado que o CFP e as demais entidades da psicologia manterão a sua atividade no dia  
440 vinte e quatro de agosto, na qual, a conselheira Kênia estará presente. Foi também proposta a  
441 realização de uma *live* aberta a ser realizada em quatorze de setembro para debate sobre as  
442 contribuições do trabalho profissional do SS e da psicologia na educação básica, a oficina  
443 com os Cress foi proposta a data de dez de setembro. Sobre o **FCFAS (Conselhinho)** foi  
444 compartilhado que houve a reunião em vinte e três de julho com a participação da conselheira  
445 Alessandra. Foi dito que a importância desse espaço se dá principalmente pela discussão da  
446 pauta sobre o EaD nas formações das profissões da área de saúde, sendo este um polo de  
447 resistência ao avanço dessa modalidade de ensino. Quanto ao **CNS** foi trazida a discussão  
448 sobre financiamento público da política de saúde, diante da proposta do governo de reduzir  
449 recursos orçamentários para 2021. Dentre as ações de enfrentamento, o CNS organizou uma  
450 Petição para coleta de assinaturas nacionalmente, cujo lançamento oficial será no dia onze de  
451 agosto, às 10h; como evento virtual pelo *youtube* do CNS que contará com a participação da  
452 conselheira Elaine como representante da mesa diretora do CNS, sendo trazido que a Frente  
453 Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) também estará representada nesse evento.  
454 Sobre o **FNDCA** foi falado que o Cfess já fez parte desse espaço de controle social da política  
455 de proteção de crianças e adolescentes, inclusive tendo assumido num determinado período a  
456 sua coordenação. A partir de avaliações políticas de gestões anteriores, o Cfess deixou de  
457 participar, assim como outras entidades do campo mais progressista, devido à configuração  
458 daquele coletivo, que reunia, majoritariamente, entidades do campo conservador,

459 apresentando dessa forma uma correlação de forças desfavorável às pautas do Cfess. Sinaliza-  
460 se ainda a questão de ser um Fórum da sociedade civil, que se diferencia de outras, como  
461 Fentas e FNT-Suas, pois exige contribuição financeira das entidades que o compõem e o  
462 próprio Fórum apresenta projetos para acessar recursos do Fundo de financiamento dessa  
463 política. Avalia-se politicamente esse espaço e, considerando, a necessária articulação com as  
464 demais entidades na defesa da proteção integral de crianças e adolescentes, a pauta histórica  
465 do Conjunto Cfess/ Cress, e diante das ameaças e retrocessos conservadores nesse campo,  
466 encaminhou-se por realizar articulações e incidências para avaliar a composição, a correlação  
467 de forças presentes e direcionamento das ações atuais desse espaço. Com base nesses  
468 elementos, o Cfess avaliará a potencialidade desse espaço político e decidirá sobre o seu  
469 envolvimento. Há concordância em relação ao encaminhamento, ficando responsáveis por  
470 essa ação, Agnaldo, Kelly e Daniela. Quanto ao **debate sobre Renda básica foi dito que a**  
471 **essa** temática deve se desdobrar em diversas ações ao longo do triênio, o que exige debate e  
472 aprofundamento, principalmente no contexto da pandemia, quando essa discussão se expressa  
473 e aparece por meio de posições conservadoras e restritivas. Essa discussão iniciada no Pleno  
474 anterior apontou as disputas de concepções em relação à transferência de renda, com isso,  
475 essa disputa de concepção de transferência de renda nos governos petistas: condicionada  
476 (influência do banco mundial e organismos internacionais) versus renda básica incondicional  
477 (Suplicy). Um modelo de renda condicionada ganhou a disputa nos governos petistas, mas  
478 essa pauta é histórica no Serviço Social com debates no Conjunto Cfess/Cress em seus  
479 espaços deliberativos e em eventos sobre a política de assistência social, sempre em defesa do  
480 fim das condicionalidades do Bolsa Família. É uma pauta que sempre esteve presente nos  
481 seminários de assistência social do conjunto em nível regional, estadual e nacionalmente,  
482 sendo um tema também discutido na academia por meio de diversos grupos de pesquisa e  
483 núcleos de discussão. Esse é um momento de tensionar os limites do SUAS na  
484 operacionalização dos programas de transferência de renda, escancarar a insuficiência e o  
485 minimalismo do PBF, apontar o pequeno acesso à renda no Brasil e romper com a  
486 moralização das condicionalidades. O caminho seria a ampliação da ideia do direito não  
487 condicionado a renda e sim de direito universal a ser garantido pelo Estado, na perspectiva da  
488 seguridade social e como algo que vai além da política de assistência social. O atual governo  
489 busca se apropriar dos avanços do SUAS e colar na proposta de renda como Programa Renda  
490 Brasil desarticulado das demais garantias afiançadas pelo SUAS, ao desarticular das demais  
491 políticas de seguridade social sendo identificado como um programa de caráter eleitoreiro e

492 de controle dos/as usuários/as. Com isso, há setores progressistas que estão se articulando  
493 para pensar renda básica na perspectiva universal, com construção de uma campanha, e  
494 realização de debates remotos que disseminem uma ideia alargada de cidadania. Por fim foi  
495 reafirmado que o acúmulo do CFESS no debate da assistência social e da seguridade social  
496 precisa ser lembrado e fortalecido. Esse tema tem relação com nossas Bandeiras de Luta e  
497 dialoga diretamente com o exercício profissional na operacionalização do PBF, oportunizando  
498 uma qualificação do debate profissional sobre o direito a renda, rompendo com o  
499 conservadorismo que o vinculam ao mérito. Cabendo articular o debate sobre o fundo público,  
500 taxação das grandes fortunas e quais fontes de recursos para a renda básica de cidadania.  
501 Debater e argumentar sobre o impacto econômico. Aproximar dos debates de Evilásio  
502 Salvador, Ivanete Boschetti e Elaine Behring. Sendo identificados alguns dos sujeitos  
503 políticos que tem levantado essa pauta como, por exemplos, Suplicy, INESC, Movimento  
504 Nsacional da População de Rua, ABONG, Instituto Alana, Rede Brasileira de Renda Básica  
505 (PUC SP - Aldaíza, UFMA - Ozanira, ABC Paulista), partidos políticos. Sendo ressaltada a  
506 importância de acompanhar tal movimentação e discussões com a sinalização de que a  
507 proposta que o Cfess venha a compor com o coletivo (entidades e sujeitos políticos) que vem  
508 organizando ações em prol de uma Campanha Nacional, pois os objetivos desta convergem  
509 com a defesa das políticas públicas, na perspectiva da seguridade social ampliada, renda  
510 básica de cidadania, ligada à garantia e ampliação de direitos. Após debate, há concordância  
511 com a participação do Cfess na Campanha e a continuidade dos debates no Pleno. Encaminha-  
512 se por dar visibilidade ao debate, com apoio da comissão de comunicação do Cfess, que  
513 avaliará o formato da divulgação, as peças a serem produzidas, etc. Para tanto, a comissão de  
514 seguridade deve encaminhar as informações necessárias. Define-se também por lançar uma  
515 nota crítica sobre o Programa Renda Brasil e a realização de uma *live* com companheiros/  
516 companheiras que analisam a perspectiva de uma renda garantidora de direitos e segurança  
517 social. Na sequência, a Comissão de **COMUNICAÇÃO** trouxe o debate sobre a Campanha  
518 da Gestão do Conjunto, cuja proposta foi por realizar campanha de gestão do Conjunto  
519 CFESS-CRESS, que possui uma categoria majoritariamente feminina, com temática que dê  
520 ênfase a luta das mulheres contra todas formas de opressão e ataques aos direitos, e em defesa  
521 do trabalho e da vida. Para isso, foram apresentadas duas sugestões de slogan: 1. Somos  
522 assistentes sociais: em defesa do trabalho com direitos e pela vida das mulheres! 2. A  
523 liberdade é feminina: assistentes sociais contra toda forma de opressão, trabalho explorado e  
524 em defesa da vida! Após intenso debate, obteve-se consenso em relação a segunda proposta,

525 que será apresentada pelo Cfess nas reuniões descentralizadas. A ideia geral será desdobrada  
526 ao longo do triênio em vários momentos e em formatos diversos de comunicação. Foram  
527 também apontadas propostas para o quinze de maio de 2021: 1. Serviço Social e o direito à  
528 terra como condição: trabalho profissional com a questão indígena, quilombola e povos  
529 originários; 2. No campo e na cidade: Assistente Social em defesa do direito à terra e em  
530 defesa dos povos originários. Ficando as duas temáticas como possíveis. Logo após, a **COFI**  
531 **iniciou com a discussão sobre Piso ético, sendo recuperado o** Ofício Circular Cfess n. 46  
532 que encaminhou o Parecer Jurídico n. 1/2020, acatado pelo Conselho Pleno (na gestão  
533 anterior), o qual analisou a possibilidade de instituição de um piso salarial ético referencial  
534 para a categoria. Apesar do acatamento do Parecer Jurídico, considerando o final das gestões  
535 do triênio 2017-2020 que levou ao conhecimento dos Cress com a proposta de que a matéria  
536 fosse retomada no Encontro Nacional de 2020. Fez-se uma breve contextualização da  
537 demanda, que foi incluída na agenda da Cofi/ Cfess, a partir de um indicativo de um dos  
538 encontros descentralizados, em 2018. A Cofi assumiu a tarefa de fazer a discussão e solicitou  
539 nova análise jurídica pela sua assessoria que concluiu pela possibilidade de ser instituído um  
540 piso indicativo/ referencial, sem caráter vinculante. Nesse Parecer é explicitado também sobre  
541 a tramitação dos PLs sobre piso salarial de assistente social que se encontram em tramitação  
542 no Congresso e as limitações quanto ao estabelecimento de um piso salarial da categoria pela  
543 via legislativa. Coloca-se em discussão se o Cfess levará essa proposta para debate com os  
544 Cress nas reuniões descentralizadas e, posteriormente, na Plenária nacional. O debate trouxe  
545 alguns apontamentos, tais como: a problematização quanto à denominação “piso ético”,  
546 considerando que nenhum salário é ético na medida em que o modo de produção capitalista  
547 pressupõe sempre o trabalho explorado e, nesse sentido, não seria coerente com a direção  
548 ético-política defendida pelo Cfess; ainda que a instituição de um piso seja feita por  
549 Resolução, tendo em vista que a possibilidade de indicação de um piso salarial não poderia ter  
550 caráter obrigatório, mas tão somente indicativo/referencial; também que a questão salarial da  
551 categoria deve ser pautada pelas entidades sindicais, pela sua natureza; não cabe criar junto à  
552 categoria uma expectativa pelo seu cumprimento e, conseqüentemente, demandas ao  
553 Conjunto quando da não aplicabilidade; sendo debatida a preocupação com o caráter  
554 corporativista da proposição, considerando que a questão salarial deve ser enfrentada pelo  
555 conjunto da classe trabalhadora por meio de suas entidades organizativas no campo sindical;  
556 foi pontuada também a discussão que ocorreu na gestão anterior, que acatou o Parecer no final  
557 da gestão, com o indicativo de que o debate fosse amadurecido junto aos Cress no Encontro

558 Nacional, por ser o espaço de deliberação coletiva; no debate da gestão anterior, o  
559 entendimento foi de que a definição de um piso referencial seria mais um instrumento de  
560 orientação para a categoria profissional, embora sabendo-se dos seus limites, podendo ainda  
561 ser referência para contratações e concursos, pois tanto os Cress quanto o Cfess recebem,  
562 eventualmente, consultas a esse respeito. Diante de tais considerações, conclui-se, que a  
563 matéria necessita de amadurecimento, portanto, não é recomendável ser apresentada como  
564 proposta do Cfess para compor a agenda do triênio. Foi abordado também sobre a tramitação  
565 dos PLs que tratam de matérias de interesse da categoria, principalmente aqueles que se  
566 referem a piso salarial da categoria (que no momento são quatro sendo três na Câmara e um  
567 no Senado). Encaminha-se sobre a continuidade do debate com a categoria, explicitando as  
568 atribuições das entidades de fiscalização e as lutas sindicais da classe trabalhadora. Nesse  
569 sentido, torna-se urgente retomar o debate sindical, já proposto anteriormente. Considerando  
570 que os Cress receberam o ofício, o debate pode ser suscitado nas reuniões descentralizadas e  
571 também na plenária nacional. O Cfess não vai apresentar a proposta, mas, caso o debate  
572 apareça, deverá ser debatido com base nos argumentos aqui delineados. **Encaminhamento:**  
573 Aprovado que a comissão de comunicação fará a divulgação do assunto, definindo a melhor  
574 forma desse diálogo a partir das informações sobre a tramitação, enfatizando as competências  
575 e atribuições das entidades de fiscalização, que se diferenciam do campo sindical, assim como  
576 as dificuldades e limites do legislativo em relação a questões salariais. Do **Seminário**  
577 **Nacional da COFI** foi trazido que a Comissão tem a indicação de se realizar esse Seminário  
578 como forma de capacitação continuada, que tem sido realizado no início de cada gestão. O  
579 projeto ainda será elaborado pela Comissão que o submeterá a apreciação entre as  
580 conselheiras e conselheiro, mas já possui o indicativo de realização nos dias nove e dez de  
581 setembro, sendo também definido que dada a agenda de planejamento do Conjunto nesse  
582 período, que se fará uma consulta aos Cress sobre a data. Foram trazidos informes sobre  
583 reuniões com o INSS que ocorreram para tratar de pautas específicas do Serviço Social e da  
584 Reabilitação Profissional, onde atuam também assistentes sociais. Uma manifestação do Cfess  
585 foi enviada aos gestores do INSS e divulgada em seu site. Em relação à socialização de  
586 informações, a questão que foi objeto de discussão na reunião, após a Manifestação Técnica  
587 do Cfess, essa atividade foi retirada do rol das atividades que podem ser realizadas de forma  
588 não presencial. Sendo que a outra questão discutida, que trata dos índices/ pontuação de  
589 produtividade, entende-se que é uma pauta específica da Fenasps, que contará com o apoio do  
590 Cfess. Sobre a Reabilitação Profissional, a reunião foi tensionada, principalmente pela chefia



591 do serviço, que não se mostra aderente às considerações postas por assistentes sociais e  
592 referendadas pelo Cfess, quanto à incompatibilidade para realizar determinadas atividades que  
593 constituem o processo de RP, principalmente no que diz respeito às questões que tratam da  
594 identificação de limitações para o trabalho e análises ergonômicas. Ficou indicado a formação  
595 de um GT no âmbito do INSS para continuar o debate e também identificado a necessidade de  
596 se fazer a discussão com conselhos profissionais de outras categorias envolvidas na equipe de  
597 RP do INSS (psicologia, fisioterapia/ terapia ocupacional, medicina) para se tratar dos limites  
598 de cada profissão e dito que essa discussão também está sendo feita pela Comissão de RP da  
599 Fenasps que têm dialogado com os Cress em seus estados. Sobre o **Modelo de avaliação de**  
600 **pessoas com deficiência** foi dito que esse assunto deve ser retomado, devida a proposta de  
601 implementação da avaliação da deficiência por meio de instrumental único (IFBr), a ser  
602 utilizado para acesso a todos os benefícios sociais. O Cfess já vem se aproximando do debate,  
603 pois envolverá a participação da categoria e é importante dialogar com outros sujeitos  
604 envolvidos na questão, a exemplo do Conade (que participou da elaboração do instrumental) e  
605 com a comissão de PCD / CNS. Foi trazido o debate da **FORMAÇÃO** que trouxe informes  
606 sobre o Fórum em Defesa do Trabalho e Formação com Qualidade no Serviço Social, em que  
607 são realizadas reuniões quinzenais com a participação do Cfess. No momento se organizam os  
608 ciclos de debates regionais sobre Estágio e Supervisão e Residência Multiprofissional em  
609 Saúde e para a organização dos ciclos de debates sobre Residência, o Fórum convidou  
610 profissionais envolvidos nos programas nas funções de coordenação, preceptoria, tutoria e  
611 residentes, agregando as regiões norte, nordeste, centro-oeste que se reunirão no dia dez de  
612 agosto e as regiões sul e sudeste no dia dezessete de agosto. Na reunião com os Cress que  
613 sediarão as reuniões descentralizadas foi informado sobre a estratégia de descentralização das  
614 ações do Fórum, por meio da criação dos Fóruns Regionais, por isso, é importante que se  
615 passe informes sobre as ações do Fórum, juntamente com as representações da Abepss e da  
616 Enesso, nessas reuniões. Quanto ao **Debate sobre Estágio não presencial foi informado que**  
617 houve reunião intercomissões, envolvendo a Formação, Cofi e CEDH para dar continuidade  
618 às discussões sobre o tema, com base nas reflexões iniciais já formuladas no Pleno. Foram  
619 levantados elementos de análise do ponto de vista ético-profissional e das regulamentações  
620 sobre a matéria, que para o Conjunto Cfess / Cress se dá na orientação e fiscalização da  
621 supervisão de estágio, como atribuição profissional. A partir das demandas recebidas no Cfess  
622 foi feita uma categorização para entender quais as principais questões que se destacam nesse  
623 momento de trabalho remoto. Encaminhou-se a formação de um GT: Beth, Cristina, Erika,

624 Sylvia, Mauri, Maria, Elaine para elaborar um documento referência. Foi apresentado um  
625 texto preliminar, elaborado a partir da sistematização de ideias que surgiram no debate e  
626 proposto um roteiro para o seu desenvolvimento: 1) O problema: as demandas dirigidas ao  
627 Cfess sobre o estágio supervisionado no contexto da pandemia sendo que a síntese das  
628 questões é quanto a análise da incompreensão sobre as competências e funções da entidade,  
629 considerando a natureza das demandas; 2) O contexto atual e as demandas novas para o  
630 trabalho profissional: a conjuntura; o trabalho sob condições de precarização; as demandas  
631 dirigidas ao assistente social e situações de assédio; as incompreensões sobre a profissão; 3) O  
632 estágio supervisionado: processo de formação e de trabalho - o que significa estágio como  
633 processo de formação. A supervisão como parte do trabalho profissional e atribuição  
634 privativa. Os sujeitos do estágio supervisionado; 4) O significado do trabalho profissional e  
635 Autonomia - a natureza do trabalho profissional (especializado). A mudança do perfil da  
636 categoria e as ameaças à autonomia profissional; 5) As regulamentações sobre estágio e  
637 supervisão - normativas do MEC com síntese dos regulamentos e posicionamentos:  
638 Resoluções Cfess, PNE, Notas da Abepss e conjunta com o Cfess; 6) Conclusão: O que muda  
639 e o que não muda diante das novas necessidades. Reafirmando a autonomia profissional e o  
640 campo de intervenção do Cfess, preservando atribuições privativas. Assim, cabe considerar  
641 que os textos sobre trabalho remoto, texto reflexões preliminares, parecer jurídico elaborado  
642 por Érika, síntese de Cristina e a nota sobre ensino e trabalho remoto. Foi aprovado o roteiro,  
643 incorporando um item sobre a dimensão ética da supervisão, sendo agendada reunião do GT  
644 no dia doze de agosto às 17h30. Como pendência cumpre registrar a organização da Roda de  
645 Conversa antes da Plenária Nacional. Foi lido e aprovado o **PARECER JURÍDICO Nº**  
646 **11/2020-E**, cujo assunto é o OFÍCIO CRESS-TO Nº 079/2020 que trata de consulta sobre  
647 emissão de certificados. **Encaminhamentos:** enviar por meio de ofício ao CRESS-TO. Sobre  
648 as **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** foi dito que se encontra pendente a realização de uma  
649 reunião ampliada em que a Comissão pretende convidar profissionais de referência que tem  
650 contribuído com o assunto para debater possibilidades para a sua atuação. Logo após, foi  
651 trazido informado que as **ELEIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS** da Seccional de Campina  
652 Grande (PB) e Seccionais de Sorocaba, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio  
653 Preto e Presidente Prudente (SP) ocorrerão nos dias 25, 26 e 27 de agosto. Sobre as  
654 **REUNIÕES DESCENTRALIZADAS** foi apresentada a programação do centro-oeste e o  
655 convite para mesa Mesa de Conjuntura: “No meio do caminho uma pandemia: impactos para  
656 o exercício profissional e a defesa do projeto ético-político” foi indicada a conselheira Kelly,

657 com isso, o Cress será respondido. **Encaminhamento:** enviar ofício aos Cress sede,  
658 informando as conselheiras e assessoras que participarão de cada reunião descentralizada.  
659 Também foi refletido quanto a necessidade de se buscar informação sobre os Fóruns que  
660 ocorrerão nas regiões e, havendo convite para o Cfess, que deve se encaminhar às respectivas  
661 comissões para avaliar a possibilidade de agenda. Da mesma forma, em chegando convites  
662 para falas do Cfess nas mesas de conjuntura, as conselheiras e o conselheiro serão consultados  
663 para se definir. A assessora especial Cristina foi designada como responsável por esse  
664 acompanhamento. Encerrado esse ponto, foi indicado o término da reunião do Conselho  
665 Pleno, a conselheira presidente Maria Elizabeth Santana Borges fez as considerações finais e, não  
666 havendo mais o que tratar, deu a mesma por encerrada às 19h com agradecimento a participação e  
667 qualidade dos debates realizados ao longo de todo o dia. Nada mais havendo a tratar, na  
668 condição de Secretária, eu, Dácia Cristina Teles Costa, lavrei a presente ata, que assino em  
669 conjunto com a Presidenta do Conselho.

670  
671  
672

Brasília, 08 de agosto de 2020.

**Maria Elizabeth Santana Borges**  
Presidente

**Dácia Cristina Teles Costa**  
1ª Secretária